

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



MAIS ALFABETIZAÇÃO: AVANÇOS OU INCERTEZAS

OLIVEIRA, Odenirce da Costa Rodrigues¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar algumas reflexões e análises do Programa Atual da Política Nacional de Alfabetização: Mais Alfabetização, instituído pelo Ministério de Educação em 2018 a partir das pesquisas desenvolvidas por alguns teóricos que tratam o assunto com especificidade e documentos legais. Isso porque se observou que mudanças bruscas ocorreram nestas últimas apostas governamentais e, entretanto, pretende levantar algumas inquietações enquanto profissional que buscava entender o processo de mercantilização educacional na tentativa de instigar o leitor a desconfiar das verdades trazidas nas políticas de governo e refletir acerca da história da Alfabetização. Ao término do estudo, considera-se que, nem todo novo programa vem realmente com novas propostas, com inovações significativas, sem empobrecimento do conhecimento de programas falidos do passado e talvez de maneira camuflada, retrata uma política descontinuada e de interesses capitalistas. A alfabetização não pode estar alienada às leis do mercado, precisa ser pensada como uma das etapas mais importante da formação da criança, num espaço e tempo deve apropriar de aprendizagens que permite exercer seu pleno domínio como cidadão através dos trabalhos de produção e leitura de textos que contribuem nas práticas de formação histórico social do indivíduo.

Palavras-chave: Alfabetização; Criança; Programa Mais Alfabetização.

Introdução

Atuando como professora há alguns anos em salas dos anos iniciais de escolas públicas venho acompanhando mudanças, transformações e apostas governamentais na Educação para estagnar (termo muito utilizado pela mídia) o analfabetismo no país.

O que se percebe é que nem sempre dos Programas relevam conter fatores essenciais para a eficácia nos processos do ensino e aprendizagem.

¹ Mestranda no curso do PROFEDUC, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/2018. nicer.rv@hotmail.com.

O objetivo do presente artigo é apresentar algumas reflexões sobre o Programa atual da Política Nacional de Alfabetização: Mais Alfabetização a partir das pesquisas desenvolvidas por alguns teóricos como Alves (2005;2006), Soares (2018), Gontijo (2014), Brito (2010) dentre outros, além de análises documentais de projetos do MEC, como a portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018.

Durante o período de atuação como professora e formadora do PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa se observou que as mudanças na tentativa de uma educação inovadora/transformadora são essenciais diante do atual cenário vivenciado no país, porém, o que se constata é que nem sempre as tentativas tem objetivos almeçados e assim, novas reorganizações de ensino tendem a ser elaboradas e apresentadas a fim de promover a alfabetização na idade certa.

A pesquisa, com base e fundamentos na perspectiva histórica de caráter bibliográfico que pretende explicitar a análise em dois tópicos: o primeiro discorre uma síntese sobre a historicidade do ensino no âmbito da Organização do trabalho didático, o segundo enfoca a atual relação educacional e organização didática proposta pelo Programa “Mais Alfabetização”.

Não pretende com esta pesquisa desvendar culpados, muito menos realizar acusações e críticas nas políticas públicas vigentes, mas sim, apresentar relevantes apontamentos que possibilitem o leitor a ter uma reflexão capaz de repensar possíveis propostas nas participações ativas em ações políticas que contribua para uma educação transformadora, a que não esteja pautada em interesses truncadamente políticos, apenas.

Desde as profundas transformações políticas, intelectuais e sociais surgidas no século XVIII que existem ideias de liberdade e reformas educacionais emancipadas dos modelos religiosos e tem como fator determinante a construção e recuperação do indivíduo. Com isso, nascem os métodos do ensino Mútuo ou método de Lancaster e o Intuitivo com ideal de renovação da sociedade. Como Alves (2005, p.117) esclarece “... o ensino mútuo era considerado uma alternativa indispensável à expansão da educação para a população como um todo, de forma a incluir, explicitamente, a parcela carente de recursos constituída pelos trabalhadores”.

O que impressiona é que esse modelo de regime ainda paira nos dias atuais, ao assumir que muitos professores retomam seus manuais didáticos e o mesmo fazer pedagógico após ter concluído curso de formação. E neste olhar, Alves (2010) afirma:

...Talvez seja por isso que reiterem a surrada ideia de que na “prática a teoria é outra”. É uma expressão equivocada, mas, transformada em senso comum, tem servido para ilustrar a grande distância entre o que estudam nos cursos de formação e de treinamento e o que realizam no âmbito do trabalho didático. (ALVES, 2010, p. 58).

Ensinar é algo complexo, e requer uma relação reflexiva e hegemônica entre teoria e prática com propósito de estabelecer as relações dialógicas interligadas no processo.

A partir de uma busca sensata da historicidade da organização do trabalho didático, abordar-se-á os seguintes tópicos para análise do Programa Mais Alfabetização (2018), instituído pelo Ministério de Educação em 2018.

Historicidade na Organização do trabalho didático

Seria inconsistente discorrer à temática abordada sem realizar uma viagem no tempo, ou seja, buscar fatos históricos, mudanças transitadas por meio de ações governamentais, dentre outros, momentos para compreender os trâmites que permeavam as relações educativas no século XXI.

Temos que reconhecer que mudanças e transformações no campo educacional ocorrem progressivamente, porém, na história da organização do trabalho didático, muito difundida e conceituada em diferentes concepções por estudiosos que permeiam entre Comênio a Libâneo, não expressa outros aspectos envolvidos simultaneamente como os apontados por Alves (2005): a relação educador/educando, a mediação de recursos didáticos e o espaço físico. Distinguindo as diferenças encontradas para Didática, Santos (2010) afirma que é uma ciência, uma arte e uma técnica de ensinar, concluindo:

[...]. A didática é uma ciência, porque se baseia em princípios e métodos científicos; é uma arte, porque estabelece preceitos e regras de ação prática; é uma técnica, porque sistematiza, racionalmente, os preceitos e as regras da arte didática. (SANTOS apud ALVES, 2010, p. 44).

Nesta concepção, Alves (2010) afirma que essa fraseologia revela a utilização de expressões que perderam todo o seu conteúdo histórico, considerando abstrata e muito difusa

a conceituação da didática como arte, sustentada no simples fato de conter preceitos e regras de ação prática.

E nestes parâmetros, tanto a forma de organização do trabalho didático como a concepção de didática são retratadas num processo histórico e disseminadas concomitantemente com as relações estabelecidas em cada tempo histórico social.

E dessa forma, é relevante ressaltar alguns métodos que merecem destaque e que serviram para inspirar o modelo que temos na atualidade. Nas práticas anteriores à configuração a escola graduada, o professor ensinava e os alunos aprendiam pelo método individual. Num momento marcado pelo sistema escravista, na qual o ensino não era universalizado, buscava-se nessa organização atender os filhos de burgueses com relação individual entre preceptor e discípulo e o ensino nessa época era ministrado em residências internas ou externas do preceptor ou dos discípulos.

Ainda no sistema feudal surge a necessidade da Reforma com a emergente divisão do trabalho partindo para o ensino que reconhecesse a importância dos clássicos na história educacional. A alternativa, ensino mútuo, indispensável à expansão educacional para a população como um todo, incluindo a parcela carente de recursos constituídos pelos trabalhadores. (ALVES, 2005, p. 117).

O método pode ter sido alvo de críticas, mas foi representativo na expressiva tentativa de universalizar o ensino num momento no qual os recursos eram precários para atender o progresso dos alunos e suprir a ausência de professores.

Superando o método individual e cambiando o mútuo, surge o ensino simultâneo preconizado ainda nos dias atuais. Este método necessita de ajustes, transformações e reestruturação, pois parece atender mais interesses capitalistas que a emergência de necessidades decorrentes de um progressivo desenvolvimento educacional.

Na compreensão histórica dos fatos sociais com interesse de demonstrar em que medida os princípios têm tido ênfase no discurso educacional, vem distanciando da própria matriz teórica que afirmam tomar como direção, conforme explicita Klein (2002):

[...] as categorias do pensamento marxista têm sido usadas enquanto elementos importantes do discurso, sem, no entanto, assumirem a mesma importância no que concerne ao exercício da compreensão do real, posto que, nesse exercício, tais categorias não são consideradas até as suas últimas consequências, de sorte que tal discurso acaba por significar, de fato, uma reprodução dos

princípios e procedimentos próprios da Escola Nova, agora travestidos de um caráter pretensamente revolucionário.(FRANCHI, 2012, p. 134)

E sob as características dessa configuração é marcado por uma apologia do indivíduo tomado nele próprio com destaque na categoria que informa todos os princípios constitutivos do tecido discursivo da metodologia educacional na atualidade.

Após esta sucinta introdutória histórica sobre os métodos de ensino segue a apresentação de alguns apontamentos referentes ao último programa de políticas da alfabetização na atual sociedade, a qual o individualismo e o capitalismo são predominantes.

Programa Mais Alfabetização

Diante do cenário educacional atual da alfabetização no país, é necessário repensar novas propostas capazes de subsidiar as práticas educativas estabelecendo conexões de pensamento crítico, valores e aprendizagens significativas para atender as demandas sociais da vida dos homens.

A execução dos programas de educação continuada para profissionais de educação em diversos níveis, estabelecida na LDBEN, em seu artigo 63, inciso III, ganhou égide com o neoliberalismo no período de 1998-2007, segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com fortalecimento universal. As políticas educacionais implementadas e desenvolvidas a partir de 1990 se concretizam em nosso país. SOARES apud OLIVEIRA, (2016, p. 21).

Como todos os programas anteriores das políticas educacionais, o “Mais Alfabetização” foi anunciado pelo governo federal como algo “novo” que iria resolver os problemas encontrados pela comunidade escolar referentes aos resultados insatisfatórios da alfabetização constatadas através de avaliações externas. Uma “nova” forma de revelar o fracasso, como enfatiza Soares (2018):

[...] nos anos iniciais do século XXI, apesar da hegemonia exercida pelo construtivismo nas duas décadas anteriores, o fracasso em alfabetização persiste, embora este fracasso, agora, configure-se de forma diferente... (SOARES, 2018, p. 23).

E assim a autora esclarece que antes, o fracasso era revelado por meio, sobretudo de avaliações internas à escola e concentrava-se na série inicial do ensino fundamental, a tal

chamada classe de alfabetização e na década inicial do século XXI é denunciado por avaliações externas à escola já espraçando não apenas a série inicial, mas ao longo de todo ensino fundamental.

Objetivando o fortalecimento e apoio as escolas no processo de alfabetização dos nossos alunos regularmente matriculados nos 1º e 2º anos iniciais do ensino fundamental, o Ministério criou a portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018 que estabelece o referido Programa.

Fundamentando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece o incremento da competência de aprender, se baseando em meios básicos com o completo da propriedade da leitura, da escrita e do cálculo e neste contexto torna significativo o Plano Nacional de Educação, com aprovação pelo Congresso Nacional em 2014 que estabelece dentre as suas 20 metas, “alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do terceiro ano do ensino fundamental”.

Em uma publicação realizada pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação, em 05 de janeiro de 2018, divulgando o texto com o tema Educação Básica: MEC cria programa para reverter estagnação na aprendizagem. Referente ao texto observa-se em seu segundo parágrafo uma incerteza de tal avanço:

...defende o apoio aos professores como importante ferramenta para melhorar a alfabetização das crianças de todo o país. “O apoio virá tanto no mestrado profissional para os professores que atuam no primeiro e segundo anos do ensino fundamental, como a residência pedagógica para os futuros professores, com 80 mil vagas a partir de 2018 e ênfase na alfabetização”, disse.
(BRASIL, 2018. <http://portal.mec.gov.br>)

Observa-se diante deste enunciado uma farsa na proposta em apoiar professores das redes públicas de ensino na alfabetização: primeiro, porque o mestrado profissional surgiu com a portaria normativa Nº 17, de 28 de dezembro de 2009, logo, não se trata de algo “novo” que o Programa organiza, segundo, residência pedagógica fará diferença aos futuros professores, mas e os que atuam em sala em sala de aula neste momento?

Porém, para justificar, talvez, essas questões, é importante ressaltar que no Programa Mais Alfabetização, todo profissional regente contará com o apoio de um auxiliar ajudante de alfabetização para elaboração e implantação de atividades pedagógicas, conforme é observado

em § 3º *Em período anterior à confirmação da adesão no PDDE Interativo, o professor alfabetizador poderá optar pelo apoio do assistente de alfabetização em sala de aula, comunicando sua opção à direção das unidades escolares*” no artigo 5º da portaria 142 de 22 fevereiro de 2018.

Segundo o Manual operacional do conjunto de orientação pedagógica e monitoramento disponibilizado no portal do MEC no mês de abril de 2018, que trata da utilidade do Programa Mais Alfabetização, uma indenização de despesas ao assistente de alfabetização deverá ocorrer por meio de apresentação de relatório e recibo mensal de atividades desenvolvidas pelo profissional dito como “voluntário”, o mesmo deverá ser mantido em arquivo pela Unidade Executora (UEX) pelo prazo e para os fins estabelecidos nas normas, que estão em vigor, do PDDE. E assim, define valores:

- I - quinze reais por matrícula de 1º ano ou de 2º ano do ensino fundamental nas referidas turmas;
- II - trezentos reais por mês, por turma, para assistente de alfabetização nas unidades escolares vulneráveis; e
- III - cento e cinquenta reais por mês, por turma, para ressarcimento do assistente de alfabetização nas demais unidades escolares. (BRASIL, 2018, P. 14)

E neste momento retomo ao título deste artigo “Programa Mais Alfabetização: avanços ou incertezas” Esse assistente do professor é o diferencial do Programa e seu papel é contribuir significativamente no processo do ensino aprendizagem e pensando na totalidade, em nível nacional, terá duzentos mil assistentes com boa formação específica na alfabetização? E se têm, esses profissionais estão dispostos a contribuir voluntariamente? E o que deve preconizar: o trabalho por “Amor” ou valorizar a profissão, sua formação que custou investimentos por alguns anos?

Apesar do objetivo desta pesquisa não ter como foco a questão de Formação de Professores tomou-se posse destas questões para instigar uma reflexão nos entraves que tem permeado o entorno escolar nesse sentido Franchi (2012) infere:

Mesmo diante do panorama crítico em que ainda se encontra a educação brasileira, especialmente nos primeiros anos de escolaridade, não considero ilusório um quadro de esperança e realismo conscientes de possibilidade de uma educação transformadora. Entretanto, é fundamental [...] que sejam estabelecidas políticas públicas de valorização dos professores diante

de si mesmos. Será o começo do começo de um ensino público mais justo, democrático e de qualidade, de uma escola pública mais humana, eficiente e emancipatória, desde as séries iniciais do ensino fundamental. (FRANCHI, 2012, p. 212)

Nesta perspectiva torna-se necessário um redimensionamento da reflexão acerca da alfabetização e nestes aspectos sabe-se que a escola assume uma função de socialização do conhecimento através do trabalho educativo. No entanto, segundo Duarte (2001) esse conhecimento constitutivo dos meios de produção, numa estratégia de manter o poder, a minoria dominante tem se apropriado e não socializado tal conhecimento para garantir o poder.

É notável que sempre por trás de um “novo” programa existe um interesse maior que atenda imposições do capital, tornando assim, a proposta fragmentada e camuflada com professores alienados ao sistema. E, Gontijo (2014) nota em programas analisados, o empobrecimento nos conhecimentos que serão aprendidos pelas crianças na fase inicial de escolarização e infere:

Sem querer fazer previsões pessimistas, mas apoiada na experiência do passado, não posso deixar de pensar a dificuldade de os programas atingirem o objetivo de melhoria da qualidade de alfabetização nas escolas, porque o modelo de ensino-aprendizagem concretizado nos programas não difere significativamente dos adotados no passado. (GONTIJO, 2014, p. 130).

A ideia discorrida da autora faz com que pensamos que a organização do trabalho pedagógico está implicitamente pautada na relação politicamente estabelecida, o que influencia toda estrutura educacional, pois toda organização, ideologias, linguagem e o tipo de sujeito que a escola deve formar é decidido nos trâmites da conjuntura capitalista com um ensino mercantilizado.

Sob este enfoque, outro ponto que cabe uma atenção reflexiva no Programa analisado, é o material pedagógico, serem disponibilizado diretamente no portal do “Mais Alfabetização”, avaliações a serem aplicadas com as turmas, inclusive, diagnósticas e, textos para formação de professores que deverão ser organizada pelas Secretarias Municipais de Educação junto às Unidades Escolares. Cabe a seguinte reflexão: As avaliações terão objetivos de treinar os alunos para resolver a Avaliação Externa e atingirem um resultado

estatisticamente esperado? Como será o material de apoio ao professor? Como o farão? Se cada unidade escolhe e definem as estratégias adotadas, o processo fixará individualizado? E como fica a reflexão na coletividade?

Parece que, como todo programa instituído chega com “roupagem nova”, mas o “corpo” continua o mesmo: sem valorização profissional; apoio técnico e pedagógico reduzido e descontinuidade de políticas já existentes para alfabetização.

São algumas questões que precisam ser analisadas, porque afinal, o programa Mais Alfabetização, vem com avanços ou incertezas?

Certamente, mais que serem alfabetizadas, as crianças precisam fazer uso da leitura e escrita em práticas sociais para que o conhecimento se torne significativo. No entanto, estas práticas não devem ter dimensões e caráter político da alfabetização. Nesta perspectiva Gontijo (2014) revela:

Não vivemos em uma sociedade justa e verdadeiramente democrática. Por isso mesmo, a educação escolar e a alfabetização não pode se reduzir a formar indivíduos adaptados as leis do mercado e, portanto, capazes de responder às demandas sociais. (GONTIJO, 2014, p. 132).

Sob esse enfoque, ressalta a importância da alfabetização sem a alienação às leis do mercado, que seja pensada como uma das etapas mais importante da formação da criança, e nesse sentido, num espaço e tempo deve apropriar de aprendizagens que permite exercer seu pleno domínio como cidadão através dos trabalhos de produção e leitura de textos que contribuem no desenvolvimento da aprendizagem e outras práticas que contribuem para a produção do conhecimento.

Contudo, como afirma Descartes (1999) não deve se aceitar tudo como verdade, é necessário pensar, analisar, ter dúvidas para chegar a verdade. Deve-se ter olhar questionador e duvidar através do ato de pensar, mediante a realidade social.

Com essa aferição finaliza-se tal pesquisa que, não se dá aqui por encerrada porque exige um estudo mais aprofundado, nesta atinge apenas seu objetivo que seria expor algumas inquietações e observações referentes ao programa analisado com caráter histórico partindo da premissa que toda pesquisa deve ser realizada preconizando a totalidade da investigação de forma singular e universal porque ambos se relacionam, possuem conexão que os possibilitam

a se realizarem proporcionalmente. O singular e o universal são indissociáveis, por isso, enquanto categorias científicas, devem estar presentes em todos os trabalhos de investigação, sob pena de se negar o teor de cientificidade a qualquer elaboração que omita uma ou outra e, principalmente a relação entre ambas. (ALVES, 2003).

Considerações finais

Ao analisar o programa atual na alfabetização numa perspectiva histórica e buscando uma compreensão na totalidade percebe-se que nem todo novo programa vem realmente com novas propostas, com inovações significativas, sem empobrecimento do conhecimento de programas falidos do passado e talvez de maneira camuflada, retrata uma política descontinuada e de interesses capitalistas.

Nestes paradigmas, é visível uma preocupação com as avaliações externas que são primordiais na disponibilidade de dados quantitativos para medir a qualidade do ensino e que nem sempre retrata a realidade local.

A alfabetização não pode estar alienada às leis do mercado, precisa ser pensada como uma das etapas mais importante da formação da criança, num espaço e tempo deve apropriar de aprendizagens que permite exercer seu pleno domínio como cidadão através dos trabalhos de produção e leitura de textos que contribuem nas práticas de formação histórico social do indivíduo.

Contudo, deve-se analisar todo “novo” programa sua organização didática sob três aspectos: a relação estabelecida dos envolvidos no processo do ensino e da aprendizagem; o material de apoio e o espaço físico e se exaurir da alienação imposta por mais uma ideologia de mercado, das políticas de governo que de uma forma camuflada esconde uma realidade que emperra toda educação das crianças brasileiras. E, então, finalizo com uma questão “Mais Alfabetização: Avanços ou incertezas?”

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. História da educação: a produção teórica sobre o trabalho didático. In: BRITO, Silvia Helena Andrade de. [et al.] (Org.). **A organização do trabalho didático na história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010, p. 41-59.

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande, MS: Ed. UNIDERP, 2003

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação (LDB) – Lei 9.393/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. **Manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento**. Abril de 2018. Acesso em: 30/04/2018

DESCARTES, René. **O discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Série Os Pensadores).

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. Campinas, Autores Associados, 2001.

FRANCHI, Eglê. **Pedagogia do alfabetizar letrando**: da oralidade à escrita. São Paulo: Cortez, 2012.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. – (Coleção educação contemporânea)

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? São Paulo: Cortez. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002.

OLIVEIRA, Marineiva Moro Campos de. **Concepções e Fundamentos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e seus desdobramento na formação de alfabetizadores na perspectiva de uma alfabetização emancipatória em Xaxim/SC**. Dissertação de Mestrado. Paraná, UNIOESTE, 2016.

Portal do Ministério da Educação: <http://pacto.mec.gov.br/historico-pna><http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/59001-mec-cria-programa-para-reverter-estagnacao-na-aprendizagem>, acesso em 30/04/2018 as 15h38m

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018. 384 p.